

Luta antialcoólica e higiene social na Colômbia, 1886-1948

Carlos Ernesto Noguera

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

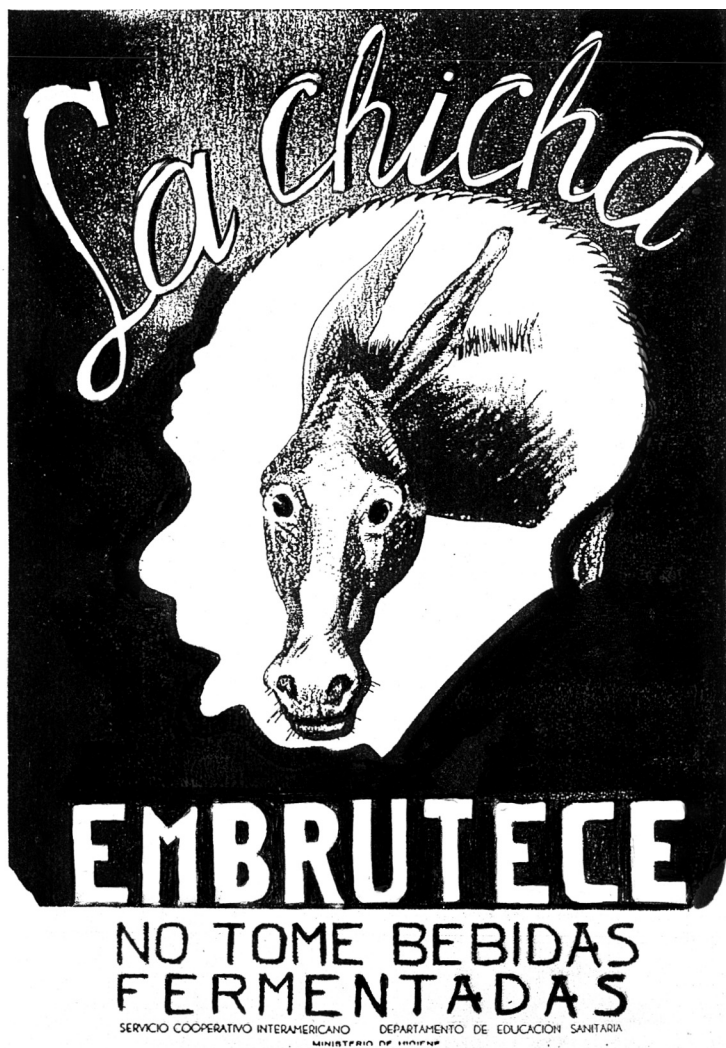
HOGUEIRA, CB. Luta antialcoólica e higiene social na Colômbia, 1886-1948. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 96-123. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Cartaz utilizado entre 1946 e 1948 na campanha antialcoólica pelo Departamento de Educação Sanitária, Ministério da Higiene da Colômbia. Reproduzido de *La derrota de un vicio. Origen e historia de la chicha* (Bogotá, Editorial Iquima, 1950), de Jorge Bejarano.

Luta Antialcoólica e Higiene Social na Colômbia,
1886-1948*

Carlos Ernesto Noguera

* Esse trabalho é resultado da pesquisa 'El tránsito desde la higiene a la medicina tropical y la salud pública en Colombia', financiado pelo Instituto Nacional de Salud, pelo Colciencias e pela Faculdade de Medicina da Universidade Nacional da Colômbia. Tradução de Paulo M. Garchet.

Os médicos do final do século XIX e da primeira metade do século XX usavam o termo 'enfermidades sociais' para referir-se tanto a algumas doenças contagiosas (sífilis, tuberculose) como a outros males que afetavam amplos setores da população (alcoolismo). Fundamentalmente, falavam de 'enfermidades sociais' para assinalar um conjunto amplo, imprecisamente delimitado, de sintomas e sinais que afligiam o 'corpo social' e cujas conseqüências mais evidentes eram a degeneração fisiológica e moral.

As doenças venéreas – em particular a sífilis –, como também o alcoolismo, a lepra, a tuberculose, a epilepsia e, mais ainda, a prostituição, a criminalidade, a mendicância e a loucura formavam o amplo espectro das enfermidades sociais e suas conseqüências. Além da diversidade de entidades patológicas envolvidas e da imprecisão de seus limites, a principal característica dessas enfermidades era sua localização na fronteira entre a ciência e a moral. Em nenhum outro caso se percebe com tanta clareza a impossibilidade dos médicos em estabelecer limites precisos entre o conhecimento científico e os preconceitos e preceitos morais de sua época. Antes que um problema para o exercício da profissão médica, no entanto, tal impossibilidade se constituiu em um dos mecanismos centrais que permitiram aos médicos entrar no novo cenário social e disputar o controle de amplos setores da população até então em mãos de outros agentes sociais e da Igreja.

Com argumentos derivados da fisiologia, da química e da biologia, os médicos conseguiram dar um tom científico e, por conseguinte, de autoridade a seus preconceitos morais e elitistas diante dos comportamentos e hábitos mais arraigados dos setores pobres da população do país. Contribuíram, assim, para implantar, em amplos setores da população nacional, um conjunto de novos hábitos e atitudes que obedeciam a uma nova maneira de ver e entender o mundo: o moderno, o progresso. A luta contra as doenças venéreas e, em particular, a luta contra o alcoolismo foram, então, contribuições dos médicos e higienistas para o processo de modernização do país, na medida em que concorreram para a depreciação de certos valores e costumes tradicionais e, em troca, para o fomento de outros considerados modernos. Assim, em questão de meio século, a fabricação e o consumo de uma bebida ancestral como a chicha^{N.T. 1} foram substituídos pela moderna e 'higiênica' cerveja. Com o desaparecimento daquela, foram

^{N.T. 1} Chicha: bebida feita por meio da fermentação do milho em água açucarada.

sumindo sucessivamente as chicherias (espaço central de socialização dos setores pobres das cidades), as alpargatas (calçado camponês feito com fibras vegetais), a ruana^{N.T. 2} (produto ancestral elaborado com lã de ovelha, típico das regiões altas da cordilheira andina) e outros produtos que identificavam os camponeses e ‘operários’¹ das cidades e aldeias das regiões altas da cordilheira andina. Como certas edificações também foram sendo desprestigiadas, dando lugar, pelo menos no imaginário social, à habitação higiênica, vale dizer, ao lar, única maneira ‘decente’, isto é, higiênica de viver. Vêm daí os grandes projetos – iniciados durante a segunda década do século XX – de construção de ‘bairros operários’ nas principais cidades.

O presente trabalho pretende dar uma visão panorâmica da luta antialcoólica empreendida pelo corpo médico colombiano até a segunda metade do século XX, luta esta que, apesar de apresentar-se como uma luta contra o alcoolismo, em geral concentrou sua atenção em uma única bebida, a mais tradicional e de maior consumo no país, particularmente entre as populações camponesas e indígenas das zonas altas da cordilheira andina colombiana. ‘Tóxico maldito’, ‘veneno da raça’, ‘causador de degeneração física e moral’, a chicha foi o objeto privilegiado das preocupações higiênicas e o alvo da nova artilharia médica – a ciência higiênica – que, ao longo da primeira metade do século XX, intensificou seu bombardeio logrando, ao final da década de 40, desferir o golpe final que em poucos anos faria dessa bebida um símbolo do passado, mais um exemplo do artesanato popular, elegendo, em troca, a cerveja – ‘higiênica e moderna’ – como a nova bebida das maiorias camponesas e operárias do país.

A Luta Antialcoólica: da chicha à cerveja

Tão antigo é, Senhor, o uso das bebidas fermentadas que ao dilúvio geral das águas seguiu-se sucessivamente outro dilúvio geral de bebidas vinosas.

Todas as nações, por mais bárbaras que fossem, descobriram com sua indústria a maneira de compor vinhos à sua moda. Quase tão antiga como isso é a opinião geral de que os homens não podem viver sem bebidas fermentadas. E eliminar esse conceito seria tentar algo impossível. Do uso moderado passa-se facilmente ao abuso, e este é o ponto

^{N.T.2} Ruana: espécie de poncho colombiano, geralmente aberto na frente, e que se joga sobre os ombros, em oposição ao poncho típico que se veste pela cabeça.

que sempre prevaleceu entre as camadas inferiores dos povos de todas as nações.

José Celestino Mutis, Santafe, 13 de maio de 1771

Ainda que, em fins do século XIX e início do XX, se consumissem na Colômbia bebidas alcoólicas importadas como vinho, conhaque, uísque, cerveja, absinto e outras, a campanha antialcoólica concentrou-se nas nacionais: garapa, aguardente e chicha. As duas primeiras eram produto da fermentação da cana-de-açúcar, e a terceira, uma bebida ancestral das populações indígenas que habitavam a zona central do país. Era fabricada por meio de um processo de fermentação do milho e fez parte da dieta cotidiana de indígenas e camponeses até a primeira metade do século XX. Tinha, também, um uso ritual em cerimônias e festividades. O consumo (uso e abuso) não era exclusivo de nenhum setor social, mas, apesar disso, a campanha assestou suas baterias contra os setores populares. Em particular, teve um alvo específico, e é possível afirmar que sua ação e seus principais resultados referem-se à população indígena e campesina que habitava o altiplano que se estende entre os departamentos de Cundinamarca e Boyacá, na cordilheira oriental dos Andes colombianos. Referem-se, portanto, à chicha, bebida popular e ancestral dessa região, a mais populosa da Colômbia.

Mas a chicha não foi sempre exclusividade dessa região: seu 'irresistível' sabor e seus efeitos alimentícios, estimulantes ou degenerativos (conforme o lugar de onde se olhe), alcançaram regiões distantes onde tradicionalmente a garapa e a aguardente eram o 'pão' de cada dia. Foi o caso de Antioquia, departamento localizado no noroeste da Colômbia, no qual a aguardente era a bebida costumeira. Em sua tese de graduação de 1899, o doutor Tomás Quevedo Alvarez via com preocupação a propagação do consumo de chicha entre o povo de Antioquia:

Afortunadamente o absinto se estendeu muito pouco em Antioquia, até hoje. Por outro lado, a chicha, bebida primitiva e mal preparada, originária de Cundinamarca, que produz uma intoxicação chamada 'chichismo' devida a uma ptomaína especial, começou a exercer sua influência embrutecedora no baixo povo de Medellín. (Quevedo Alvarez, 1899:3)

Em 1913, no contexto do Congresso Médico Nacional, o doutor Luis Cuevo Márquez apresentou um estudo sobre o consumo de álcool na Co-

lômbia, o qual constituiu-se – apesar das dificuldades na coleta de dados, como o próprio autor o reconhece – em um dos trabalhos mais importantes sobre o tema realizado na Colômbia durante a primeira metade do século XX. Nove anos mais tarde, o dr. Eliseo Montaña, interpretando os números do estudo de Cuervo Márquez, assinalava a quantidade de litros de bebidas alcoólicas consumidos nas distintas regiões e zonas climáticas do país: nas zonas frias, onde predominava a chicha, o consumo médio anual era de 450.000 litros; nas temperadas, onde a garapa era a bebida corrente, a média era de 135.000 litros anuais; nas zonas quentes, onde predominava a aguardente, o consumo chegava a 297.000 litros por ano (Montaña, 1922).

Ao colocar a chicha como a bebida alcoólica mais consumida, esses números, ainda que poucos confiáveis, constituíram o argumento mais evidente na orientação da campanha antialcoólica em função do ‘licor’ ou ‘veneno amarelo’, como também era conhecida à época.

O ‘Chichismo’ e seus Efeitos

Entre as muitas conseqüências que foram atribuídas ao consumo habitual da chicha, uma em particular chama a atenção por seus múltiplos significados e por seu uso indiscriminado entre os higienistas e o público em geral: o embrutecimento.² Mescla de entidade patológica, chamada publicitária e injúria, o embrutecimento seria como que um processo degenerativo de idiotia, estupidez e insensatez que atacava os achichados. Foi associado à timidez e à desconfiança manifesta na população campesina e indígena do altiplano que se estende entre os departamentos de Cundinamarca e Boyacá e no braço oriental da cordilheira dos Andes colombianos – comportamentos que um intelectual da época catalogou como produto de uma espécie particular de entidade patológica: a ‘melancolia indígena’ (Solano, 1929). Para Armando Solano, a expressão de tristeza, isolamento e desconfiança da população campesina dessas regiões era fruto de uma tendência atávica cujas raízes mergulhavam nos tempos da conquista, quando, expropriados e violentados, os povos indígenas assumiram sua condição de escravos e derrotados ante a superioridade espanhola. Essa idéia, comum entre a elite intelectual do início do século XX, foi apoiada, no terreno médico, pelo dr. Luis López de Mesa, psiquiatra antioquenho que interpretou o comportamento dos camponeses de Cundinamarca e Boyacá como um claro sinal da influên-

cia negativa do clima, da chicha e da herança ancestral de um povo abatido e melancólico.

Mas a ação negativa da chicha não se limitava ao sistema nervoso e ao cérebro. Segundo o médico Liborio Zerda, primeiro a denunciar o caráter mórbido desta bebida, a chicha produzia uma enfermidade chamada 'pelagra', cuja manifestação particular consiste no surgimento de manchas vermelhas na pele, que secam e se desprendem em forma de escamas. O estado geral de saúde não se altera imediatamente, mas ao cabo de vários anos aparecem sintomas como vertigem, inapetência, fraqueza extrema, convulsões e, finalmente, a morte. Segundo o dr. Zerda (1889), a pelagra era produto da ação do milho, base da chicha. Mais precisamente, de uma matéria que a intensa fermentação e a decomposição do milho produziam: a chamada 'ptomaína da chicha', base orgânica extraída da matéria albuminóide em putrefação.

Anos mais tarde, um discípulo do dr. Zerda, o médico bogotano Josué Gómez, realizou outro estudo que complementou o de seu mestre e assestou outro duro golpe contra a chicha: segundo Gómez, o consumo habitual do licor amarelo produzia uma entidade mórbida particular que não podia confundir-se com o alcoolismo e à qual denominou 'chichismo'. Os sintomas que o próprio Gómez descreve para essa enfermidade revelam os preconceitos do olhar médico sobre os setores populares:

São indivíduos em geral facilmente reconhecíveis com pouco exame físico por parte do médico. De fato, é comum entre eles o abandono quase total de seus antigos costumes: gasto o chapéu de uso primitivo, recorrem ao chapéu velho de cavalheiro andante da cidade, alguns portando até dois, um sobre o outro; substituem as calças de manta pelas calças puídas de tecido; os que usam camisa, vestem seus últimos vestígios (...) chegam ao extremo de não renunciar a seu pobre e único vestuário (...). Já em seus respectivos leitos, despojados de seus farrapos, a inspeção revela neles uma pele grossa, seca, dura, áspera, rasgada em todas as direções pelas unhas das mãos e dos pés, cobertas de pápulas de prurigem, efeito da incúria e da presença de uma rica criação de piolhos. (Gómez, 1914:304-305)

O 'chichismo' foi, então, uma maneira de designar, não apenas o resultado do consumo habitual da chicha, como, e sobretudo, o produto da pobreza e da miséria em que viviam amplas massas da população. Apesar disso, convertido em entidade mórbida, produto da chicha, sua etiologia assinalava o comportamento perverso (viciado) de um indivíduo,

com isso impedindo que se considerassem fatores socioeconômicos mais amplos e decisivos.

A Polêmica sobre a Chicha: entre a tradição e a modernidade

Em torno do caráter mórbido da chicha, em particular sobre a possível ptomaína produzida na intensa fermentação, gerou-se, até a década de 1930, uma forte polêmica que envolveu especialmente dois médicos colombianos de renome. Para além das discussões científicas, no entanto, a polêmica em torno da chicha esteve sempre marcada pelos conceitos e preconceitos. A maior parte dos médicos higienistas não poupava argumentos para catalogar aquela bebida como ‘imunda’, e seus consumidores como ‘desavergonhados’, ‘degenerados’, ‘maltrapilhos’.

Em março de 1936, o químico bogotano Antonio María Barriga Villalba iniciou um encarniçado ataque contra os detratores da chicha. O cenário da polêmica foi o diário *El Tiempo*, que publicou uma carta sua dirigida a Armando Solano. O motivo: a chicha havia sido injuriada. Em tal carta, Barriga perguntava: “Por que motivo se conclui hoje que a bebida é tóxica? Por que se afirma que é a fonte de tantas desgraças? É certo que um veneno mortal e sutil leva nosso povo a uma desgraça fantástica?” (Barriga Villalba, 1937a:57).

Depois de quase 50 anos sem qualquer discussão em torno dos resultados dos estudos de Zerda, um médico duvidava da morbidade da bebida popular e, por conseguinte, da validade dos estudos do mestre. Com o argumento de que, graças às transformações na maneira de fabricar a chicha, já não se produzia a famosa toxina do dr. Zerda, Barriga defendia o consumo da bebida nos setores populares como mecanismo suplementar de energia em sua exígua dieta.

Jorge Bejarano, principal opositor de Barriga e partidário da luta contra o ‘licor amarelo’, não tardou em responder aos argumentos de seu colega. Sua principal acusação referia-se à escassa solidez das provas de laboratório e ao evidente peso “sentimental” dos argumentos de Barriga. No entanto, concedendo inclusive valor aos resultados das análises de laboratório, Bejarano chamava a atenção para as conseqüências sociais e biológicas da chicha, uma vez que, como ele mesmo dizia, “o critério químico não pode, pois, guiar o critério higiênico e social” (Bejarano, 1937b:72). Contradizendo as afirmações de Barriga referentes à superioridade da chicha sobre as cervejas, Bejarano afirmava:

Seria longo e prolixo discorrer sobre as causas dessas diferenças de ordem química, higiênica, de técnica e procedência das duas bebidas. O que se impõe por si só, porém, é a comparação entre os povos que há séculos consomem cerveja e nossas raças bebedoras de chicha. Observe-se o operário alemão ou inglês e digam os químicos que diferenças de toda ordem há em relação aos habituais bebedores do licor nacional. (Bejarano, 1937b:72)

Esses argumentos, somados à redução ou abandono do consumo da chicha que Bejarano atribuía à mudança de trajes dos operários e empregadas domésticas, põem-nos diante dos fundamentos da batalha higienista contra a bebida popular: tratava-se de uma reação moderna e urbana a costumes e hábitos tradicionais, campesinos e, portanto, obsoletos e anti-higiênicos. Em contrapartida, Barriga, preso à química e ao laboratório, olhava mais com certa nostalgia a maneira como se perseguia e erradicava um costume popular que durante séculos havia identificado o povo de uma região. Seus argumentos revelam, porém, o duplo olhar que certos setores da elite lançavam sobre a população consumidora do 'licor amarelo':

Falar da chicha como 'um dos mais temíveis fatores sociais que contribuíram para tornar sórdida e miserável a vida do índio que povoou nossas savanas', como diz o professor Bejarano, é negar a história que escreveram com sangue de bravos esses mesmos peões que bebem a chicha e a quem o político, quando se aproximam as eleições, chama criadores de riqueza, o braço da República, os soberanos da democracia, mas que, em horas de trégua eleitoral, são os índios degenerados, as massas selvagens, viciosas, os genitores de monstros. (Barriga Villalba, 1937b:66)

Porém, quem realmente triunfou nessa contenda foi a cerveja, ou melhor, as cervejarias. Desde o início do século, os médicos vinham insistindo na necessidade de substituir a chicha por uma bebida 'higiênica'. Em sua tese de graduação, o dr. Benjamin Fajardo anunciava:

Chegou a vez de nossa suja, tóxica e embrutecedora bebida popular, a chicha, que já deveria ter-se apagado de nossa relação de bebidas, mas que, por omissão e falta de meios práticos, continua envenenando nossas massas populares. A maneira de acabar com ela seria substituí-la por outra bebida não tóxica, agradável, barata e nutritiva. (Fajardo, 1918:63)

Essa bebida, claro, seria a cerveja, pois sua produção e distribuição, ao contrário da artesanal indústria da chicha, requeria o uso de equipamentos

e tecnologia avançados, fator importante para que fosse considerada higiênica. Os médicos que participaram da campanha antialcoólica estavam conscientes da dificuldade em convencer o povo a transformar seus hábitos de consumo. Geraram-se, então, duas estratégias distintas: alguns propunham a ‘higienização’ da chicha, vale dizer, sua produção, distribuição e consumo em condições controladas e que respeitassem as normas da higiene, enquanto outros sugeriam fabricar cervejas de milho, talvez pensando que, em se conseguindo bons resultados, daí à cerveja de cevada não haveria senão um passo mais a dar.

Houve importantes tentativas em ambos os sentidos. O mais importante ensaio de higienização da chicha esteve a cargo de um empresário bogotano, Abrahan Martinez, que em 1920 levou à consideração da Dirección Nacional de Higiene uma bebida fabricada com base na fermentação do milho a que denominou ‘maizola’. Os resultados das análises feitas no Laboratorio Municipal Samper Martínez foram satisfatórios e a bebida foi apresentada em sociedade, gerando grande expectativa na imprensa do país e da cidade. Entre maio e julho desse ano, diversos jornais da capital deram destaque à notícia e, apesar do ceticismo de alguns comentaristas, manifestaram-se em geral a favor da iniciativa, desejando ao ‘ativo e distinto cavalheiro’ o maior sucesso em uma luta já centenária e até então perdida.

A bebida, preparada sob estritas medidas higiênicas, evitava a putrefação da substância albuminóide do milho, suposta causadora das toxinas da chicha, continha menos álcool e era mais doce. No entanto, apesar de suas ‘vantagens’ e do alvoroço que causou em círculos jornalísticos, médicos e religiosos, o juiz supremo, o povo, recusou a imitação e continuou com sua tradicional bebida.

No caso das cervejas de milho, o principal ensaio foi feito pela companhia Bavária – empresa fundada em 1889 pelo imigrante alemão Leo Kopp – com sua cerveja ‘Cabrito’. A transição, porém, deu-se com as chamadas cervejas de pita,^{NE.3} cervejas de alto teor alcoólico – de 7 a 9% – nas quais a rolha era fixada à garrafa por uma trança de fibras de pita, diferentemente das cervejas da companhia Bavária, em que a fixação era feita com arame. Como se verá mais adiante, os empresários cervejeiros conseguiram o que governantes, médicos, intelectuais e religiosos não haviam conseguido em séculos de luta contra o ‘veneno amarelo’.

^{NE.3} No original, cerveza de cabuya.

A Campanha Antialcoólica: da educação à repressão

Em 1905, três anos depois de concluir a sangrenta Guerra de los Mil Dias,³ o governo colombiano decide publicar um folheto intitulado *Enseñanza del antialcoholismo* (Ensino do antialcoolismo), texto original de Galter Boisere traduzido para distribuição nas escolas do país. Com essa medida dava-se início à que anos mais tarde ficaria conhecida como a campanha antialcoólica. Em 1913, o Ministerio de Instrucción Pública encarregou o pedagogo católico Martín Restrepo Mejía de elaborar uma cartilha antialcoólica, publicada no mesmo ano pela Imprenta Nacional para uso nas escolas primárias do país.

Tratava-se de um impresso ilustrado com 112 páginas, elaborado para leitura em duas direções que se intercalam ao longo de todo o corpo da publicação. A cartilha se inicia com duas páginas ilustradas com quadrinhos onde se esboça a vida de dois irmãos, com comentários referentes a suas formas de vida, seus interesses e suas expectativas. Seguem-se outras duas páginas de texto onde se expõem ‘cientificamente’ os horrores do vício alcoólico. Assim, ao longo de todo o impresso, crianças e professores podiam acompanhar a história da vida de ‘Tomás, el borracho’ (Tomás, o beberrão) e ‘Luis, el juicioso’ (Luís, o ajuizado) enquanto aprendiam a composição química das diferentes bebidas alcoólicas, os procedimentos usados em sua produção e, sobretudo, os grandes males que seu consumo gerava, tanto nos viciados como em sua descendência.

Luís, o ajuizado, é o exemplo de moralidade e virtude: estudioso, trabalhador, abstinente. Logo se casa com uma senhora honesta e a leva para morar em uma casa onde sobressaem, ainda que com modéstia, os móveis característicos de uma família ‘civilizada’: sala de jantar, biblioteca, escritório, jarros com flores, quadros, cortinas... Sobressai, além disso, a indumentária típica do cachaco (nome com que se designava no início do século o bogotano de ‘boa família’): chapéu, gravatinha, jaleco.

Tomás, o beberrão, representa, pelo contrário, a imagem que a elite construiu do homem do povo. Passa grande parte de sua vida na taverna e no bilhar *Tres Estrellas*; casa-se com uma mulher humilde, objeto das freqüentes iras de seu marido ébrio. Sua casa, pintada como um pequeno espaço onde a falta de móveis é a característica, é um lugar sórdido onde se refugia uma triste e sombria família. Por sua condição de ébrio, Tomás perde o emprego, gasta o pouco dinheiro que consegue em bebida e em jogo, maltrata a mulher e os filhos; enfim, o símbolo do povo degenerado e prisioneiro do vício.

A essa altura, o final da história é previsível. Tomás, pressionado pela miséria, rouba e comete um crime; é preso e obrigado a trabalhos forçados; na primeira oportunidade foge e, aproveitando uma rebelião contra o governo, se une aos revoltosos; o álcool, porém, minara suas forças, e ele não consegue acompanhar a marcha dos companheiros. A tropa oficial encontra-o sozinho, e devido a seu estado mental é levado a um manicômio, onde dias depois se suicida para fugir dos fantasmas que o perseguem: imagens de sua esposa perambulando com sua filha nos braços, suplicante e mendicante, e de seu filho cambaleante com uma garrafa de bebida na mão. Luís, pelo contrário, apesar de ter perdido todos os seus bens devido a um negócio fracassado, encontra emprego, recomeça a vida e consegue recuperar seus bens. Quando estoura a rebelião, não hesita em alistar-se nas forças governamentais para defender a pátria e o governo; como não precisava beber aguardente para fazer aflorar sua valentia no campo de batalha, consegue sobreviver, e finalmente é condecorado como herói.

Apesar das reedições dessa publicação, nas conclusões do Congresso Pedagógico de 1917 aparece assinalada a necessidade de redação e adaptação de uma cartilha para ensino antialcoólico em todos os estabelecimentos de educação do país, fato que põe em dúvida a conveniência da difusão e a utilidade da cartilha de Restrepo Mejía.

Um dos líderes políticos que mais se preocuparam com o problema do alcoolismo e que não pertencia à agremiação médica foi o general liberal Rafael Uribe Uribe, que, como senador da República, apresentou, em 1912, um projeto de lei sobre regulamentação das bebidas alcoólicas. Alguns anos depois, a Revista Nacional de Agricultura publicaria um capítulo de um livro de Uribe Uribe no qual o general ressaltava a necessidade de fomentar o consumo do café na Colômbia como medida de combate ao consumo excessivo de álcool. Influenciado pelas observações sobre o consumo habitual de café da população brasileira, Uribe propunha a criação de cafés ao estilo do Rio de Janeiro ou de Buenos Aires, detalhando, inclusive, a maneira como se preparava o café nesses locais e incluindo gráficos que ilustravam as máquinas usadas na preparação da bebida. O texto, escrito à maneira de carta a um hipotético amigo, encerrava-se com estas sugestivas frases:

Se você e a Sociedade de Agricultores não se adiantarem a mim, estou decidido, quando voltar, a tornar-me empresário de cafés de bairros, e terei muita honra em servir por minhas mãos aos operários, quando

passem para seu trabalho, uma bebida sã, em vez da venenosa aguardente ou da nauseabunda chicha. (Uribe Uribe, 1915:523)

Desafortunadamente para o general, seu projeto seria truncado por seu assassinato em plena Plaza de Bolívar, em 14 de outubro de 1914, pelas mãos de dois artesãos que, armados com machados, ceifaram sua vida diante do Congresso Nacional.

Durante a celebração do Primer Congreso Pedagógico Nacional em 1917, o dr. Eliseo Montaña fez uma exposição sobre o problema do alcoolismo e conseguiu incluir entre as conclusões do evento uma petição ao governo para que se organizasse a luta antialcoólica, na qual se recomendavam – entre outras – medidas como a implantação de ensino antialcoólico em todos os estabelecimentos educacionais do país, a redação e adaptação de uma cartilha sobre o tema, o fomento de sociedades e ligas de temperança e o encaminhamento ao Congresso da República de um pedido para expedição de uma lei que regulamentasse e limitasse o consumo de bebidas alcoólicas.

Em 1918, por ocasião do Terceiro Congresso Médico Nacional, verificou-se que a preocupação com o alcoolismo aumentara entre os médicos: duplicou o número de trabalhos apresentados sobre o tema em relação ao congresso anterior e aprovou-se um voto solicitando ao governo que organizasse o combate ao alcoolismo em todo o território nacional. No ano seguinte, as assembléias departamentais de Cundinamarca e Santander discutiram projetos de regulação da produção e do consumo de bebidas alcoólicas. Só em 1922, no entanto, o tema voltou à pauta no Senado, em discussões que resultaram na promulgação da Lei 12 de 1923, logo anulada em meio a renovados debates seguidos da aprovação de uma nova medida sobre luta contra o alcoolismo, a Lei 88 de 20 de novembro de 1923.

Acentuaram-se as ações repressivas e fez-se evidente o alvo central da campanha: a chicha. Oficializando a luta antialcoólica, a Lei 88 outorgou aos departamentos a exclusividade na administração da renda de licores, facultando-se às assembléias departamentais gravar com impostos as bebidas destiladas estrangeiras e as fermentadas (chicha e garapa), excetuando-se as águas gasosas e as cervejas. Além dos gravames, porém, a lei proibiu a venda daquelas bebidas fermentadas, excetuadas novamente as cervejas fabricadas de acordo com a lei, das seis da tarde às seis da manhã e nos domingos, dias festivos, dias de mercado e feiras, vale dizer, justamente nas horas e dias em que o povo costumava desfrutar sua bebida

preferida. A perseguição estendeu-se a teatros, cinemas, bailes populares, circos de variedades e a toda classe de espetáculos públicos, reuniões políticas de caráter popular, casas de lenocínio, ruas e praças (artigo 8º).

Desde 1911, por meio de uma Resolução do Conselho de Bogotá^{NT 4} e usando-se como argumento o aspecto 'bárbaro' que as chicherias do centro apresentavam aos olhos dos estrangeiros que visitavam a cidade, proibira-se a presença de lojas de venda de chicha no centro e na zona norte da cidade (Llano & Campuzano, 1994). Anos mais tarde, uma nova resolução, o Acuerdo nº 14 de 1916, dividiu os estabelecimentos de venda de bebidas alcoólicas em três categorias: aqueles onde se vendiam chicha e alimentos, aqueles onde se consumiam chicha e/ou bebidas destiladas e aqueles onde se vendiam alimentos e bebidas fermentadas outras que não a chicha (cerveja e vinho). Os primeiros deviam pagar um imposto maior que os do segundo tipo, enquanto os terceiros ficavam isentos de qualquer gravame.

Até 1922, dois novos acuerdos estabeleceram, o primeiro, os pontos onde se deveriam localizar as chicherias, e o outro, a proibição de venda de todo tipo de bebidas alcoólicas a partir das oito da noite em dias feriados. No ano seguinte, a Assembléia de Cundinamarca decretou um imposto de um centavo por litro de chicha, medida que gerou uma série de protestos violentos durante duas noites consecutivas entre a população 'operária' de Bogotá. A beligerância dos manifestantes e os danos às chicherias e outros prédios foram de tal ordem que o escritor Luis Tejada não hesitou em qualificar esse levante popular como a 'revolução da chicha' (Tejada, 1977).

Enquanto se perseguia a chicha, favorecia-se, no entanto, a cerveja: exatamente um ano após o levante popular, a Dirección Nacional de Higiene, por intermédio de seu diretor, dr. Pablo García Medina, autorizou a distribuição e venda em todo o território colombiano das cervejas Stout, Pilsener, Bock e La Pola, da fábrica da Bavária em Bogotá (Dirección Nacional de Higiene, 1924).

'A Derrota de um Vício' ... O Nascimento de Outro

O [dia] 1º de janeiro de 1949 marca uma conquista definitiva no campo social. Pela primeira vez na história do país produz-se uma modificação de costumes e, também pela primeira vez, derrubam-se uma crença e um vício seculares cuja existência, pensava-se, estava assegurada pela tradição e pela influência política. (Bejarano, 1950:18)

^{NT4} No original, 'Acuerdo del Consejo de Bogotá'.

Com essas palavras, o médico Jorge Bejarano dava conta da vitória na luta antialcoólica iniciada quase 50 anos antes, em que se reafirmara a perseguição à chicha, que vinha desde os primeiros dias da colônia. Talvez a primeira medida governamental contra a bebida popular tenha sido tomada em 1658 pelo presidente da Real Audiencia (Tribunal) del Nuevo Reino de Granada, Dionisio Pérez Manrique, que nesse ano expediu um auto onde proibia o consumo de chicha devido aos “mui graves erros, pecados e ofensas”, desonestidades, mortes, aleivosias e outros excessos que comete “o povo baixo” sob seus efeitos (Salgado Gómez, 1934:245). Em 1687, o arcebispo de Santafé proibiu o uso e a venda da chicha sob pena de excomunhão, mas pouco depois, em vista do reduzido efeito que sua medida tivera entre o povo, viu-se obrigado a revogar a resolução para evitar o desacato a sua autoridade (Salgado Gómez, 1934). Em 1748, outro arcebispo, Pedro Felipe de Azúa, fez novamente publicar um édito em que ordenava fechar nos dias de festa as “casas onde se vende a bebida vulgarmente chamada chicha” e conseguiu que fosse expedida uma ‘Real Cédula’ em que o rei da Espanha solicitava a elaboração de um estudo sobre as características da bebida e a maneira de prevenir seu abuso entre o povo, com vistas a determinar a conveniência de sua total proibição. Isso não chegou a acontecer de pronto, e só no início da República, em 4 de abril de 1820, veio a ser promulgada nova medida em que, em vista dos efeitos desastrosos produzidos pela chicha na divisão Valdés do Exército Libertador, Simón Bolívar decretou a proibição “desde agora e para sempre” da existência de chicherias em Sogamoso (Bejarano, 1950:10).

Mas o golpe jurídico final contra a chicha foi dado em 5 de novembro de 1948, com a Lei 34, que estabeleceu condições estritas para fabricação e venda de bebidas fermentadas derivadas de arroz, milho, cevada e outros cereais. Tais medidas exigiam determinados procedimentos e a utilização de aparatos e sistemas técnicos, bem como determinados padrões de produto impossíveis de obter com os processos artesanais que a produção da chicha exigia.

A expedição da Lei 34 no ano de 1948 tem, certamente, uma explicação: a revolta popular de 9 de abril, o chamado Bogotazo, cujo estopim fora o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán. A agressividade e a violência com que reagiram os setores populares ao homicídio de seu líder foram consideradas pelas elites como uma demonstração de barbárie, fruto da decadência geral de que vinham padecendo. Nas palavras do ministro de Higiene à época:

O dia 9 de abril de 1948 pôs em evidência, e de forma impressionante, as graves falhas morais que adoecem um enorme setor da classe trabalhadora. Nem educação, nem disciplina, nem sobriedade, nem organização familiar foram suas virtudes mais aparentes. Este o critério que orientou o Ministério de Higiene no sentido de aproveitar a dura lição de 9 de abril e fazer um esforço pela total eliminação de muitos fatores que vinham operando como dissolventes, não só da saúde física do povo, como também e principalmente da raça e de sua capacidade econômica. (Bejarano, 1950:16)

Um desses fatores dissolventes era, é óbvio, a chicha. Ainda que a Lei 34 não seja uma medida explícita contra a bebida popular, seus propósitos são bastante claros: de um lado, tecnicizar (higienizar) a fabricação das bebidas fermentadas mediante o estabelecimento de certos procedimentos e padrões industriais; de outro, restringir a produção de determinadas bebidas fermentadas ou, em outras palavras, favorecer o processo de produção de certas bebidas fermentadas. Tudo isso representava um incentivo à crescente indústria cervejeira que há várias décadas vinha fazendo esforços para capturar o mercado da chicha, ajudada, entre outras coisas, pelas denúncias dos higienistas contra o ‘veneno amarelo’.

Diferentemente de países que, como os Estados Unidos, adotaram rígidas posturas no combate ao alcoolismo (a proibição), a Colômbia se caracterizou por uma posição mais branda, onde o temor dos estragos produzidos pelo álcool viu-se matizado pela consideração da inevitabilidade do consumo de bebidas alcoólicas pela maioria da população. Em alguns casos, além de tal consideração, chegou-se até a negar que o álcool fosse daninho em qualquer circunstância. Em sua tese de graduação, referindo-se às medidas proibicionistas norte-americanas, o dr. Tomás Quevedo dizia: “não reconhecendo que o álcool seja prejudicial em todos os casos e em qualquer quantidade, não poderíamos aceitar um sistema tão extremado” (Quevedo Alvarez, 1899:47). Assim, a luta antialcoólica colombiana nunca se propôs a proibir a venda e o consumo de bebidas alcoólicas; tratou de restringir seu consumo, ou por meio de medidas como o monopólio da destilação, ou de campanhas educativas como a chamada *enseñanza antialcohólica* nas escolas, das conferências antialcoólicas, da criação e popularização de bibliotecas públicas, do fomento aos esportes e diversões ‘sadias’ como o cinema, o teatro, o baile etc. Por outro lado, buscou melhorar (controlar, tecnicizar, higienizar) a produção de certas bebidas como a aguardente, a garapa e a chicha (recorde-se o caso da maizola, ou ‘chicha higiênica’).

Assim, portanto, se houve proibicionismo ou abolicionismo na luta antialcoólica colombiana, este se concentrou em uma só bebida: a chicha. Esse o consenso de todos os médicos que, desde o final do século XIX, ocuparam-se do tema do alcoolismo no país. E foi, sem dúvida, o fator determinante no resultado final da campanha ao encerrar-se a década de 1940. Mas o consenso contra a chicha esteve associado à necessidade de substituí-la por outra bebida menos tóxica, e a escolhida foi a cerveja. Não só foi ela proposta como alternativa, como, em muitos casos, exaltaram-se suas qualidades, declarando-a bebida alimentícia, sadia e higiênica. Em sua polêmica com o dr. Barriga Villalba, talvez o único defensor do ‘licor amarelo’, Jorge Bejarano chegou a referir-se à cerveja como o ‘pão líquido’.⁴ Em um estudo apresentado no Congresso Médico Nacional de 1913, o dr. Cuervo Márquez dizia: “a cerveja Cabrito da Germania, cuja análise se transcreve, é uma bebida alimentícia e sã” (Cuervo Márquez, 1913:256). Em sua tese de graduação, o dr. Benjamín Fajardo ressaltava os avanços na produção de cerveja no país e não hesitava em afirmar a necessidade de seu fomento para substituir a chicha:

Em cervejas sim, fizemos progressos (...) As cervejas que hoje se vendem no comércio, salvo desonrosas exceções, são recomendáveis. Nas atuais circunstâncias, seria pedir muito que as de preço mais baixo e que deram boas provas químicas fossem eximidas do pagamento do centavo regulamentar? A razão em que fundamos nosso pedido é a concorrência que se faria à chicha. (Fajardo, 1918:63)

Paralelamente a esse apoio explícito do setor médico, as próprias empresas cervejeiras empreenderam uma dura batalha contra seu grande inimigo: uma das medidas estratégicas adotadas pela Bavária, principal fábrica do país, foi elaborar uma cerveja à base de milho, em vez de cevada, com a intenção de seduzir o paladar dos bebedores de chicha. A cerveja chamou-se Cabrito e mereceu elogios higiênicos como o do dr. Cuervo Márquez. Mas a batalha das cervejarias de grande escala não foi só contra a chicha e seus produtores: pequenos fabricantes de cerveja entraram na concorrência com bons resultados, a julgar pelos índices de consumo das chamadas cervejas de pita (assim denominadas por terem a rolha presa à garrafa por uma trança de pita, não por arame, como as das grandes cervejarias como a Bavária), que continham maior teor de álcool que as elaboradas pelas grandes fábricas.

A batalha pelo controle do mercado estendeu-se até 1948. Uma vez expedida a Lei 34, porém, as cifras penderam de maneira vertiginosa para a cerveja. Segundo os dados da Controladoria Geral da República, em 1938, o consumo de chicha em todo o país foi de 121.315 litros, contra 74.043 da cerveja. Em 1943, o consumo de chicha chegou a 127.540 litros e o da cerveja, a 90.760 litros. O crescimento médio do consumo de cerveja foi maior, nesse mesmo período, que o da chicha: 136% e 106%, respectivamente (Grisales Salazar, 1981). Mas onde melhor se aprecia o fenômeno é no aumento do consumo da cerveja depois de 1948: segundo um estudo citado por Grisales Salazar, enquanto entre 1946 e 1948 o consumo da cerveja aumentou 39%, entre 1948 e 1950 o aumento foi de 65%.

Assim, em um período de pouco mais de 50 anos, a luta antialcoólica na Colômbia conseguiu acabar com um 'vício' ou costume popular, mas instaurou outro que se estende até nossos dias.

O Alcoolismo, Obstáculo para o Progresso: conclusão

Para os intelectuais e políticos das primeiras décadas do século XX na Colômbia, o alcoolismo era um dos principais obstáculos que o país devia enfrentar em seu caminho para o progresso. Desde 1886, ano em que se inicia o período conhecido na história política colombiana como a *Regeneración*, mas particularmente desde o final da Guerra de los Mil Dias, em 1902, os diferentes governos tentaram pôr o país no rumo do progresso. A preocupação com a integração no mercado mundial, a consolidação do café como principal produto de exportação e a possibilidade de integração no circuito comercial internacional, a construção de rodovias e ferrovias foram claros sinais da nova preocupação das elites políticas e econômicas do período em questão.

Para se chegar ao progresso, porém, era preciso, fundamentalmente, um recurso particular: o chamado 'fator humano', o bem mais importante de que qualquer nação pode jactar-se, verdadeira fonte de toda riqueza. Nessa nova perspectiva, a situação fisiológica e moral da população, ou da raça, como se dizia naqueles anos, foi objeto de diversas considerações e motivo de freqüente inquietação. Uma das mais importantes considerações sobre o estado da população e das mais fortes preocupações com o futuro da raça foi o alcoolismo. Para a classe médica, em particular para os higienistas, o alcoolismo foi visto como um verdadeiro veneno racial e,

por conseguinte, inimigo do progresso. “A degeneração da raça e o crime, estes os frutos do álcool”, dizia o médico Jorge Bejarano (1950).

Como inimigo, era necessário enfrentá-lo, e para isso a medicina e a higiene modernas puseram à disposição as armas mais eficazes. Em consequência, as ações contra o álcool se converteram em uma verdadeira ‘luta’, em uma ‘campanha militar’ contra esse particular ‘inimigo da civilização’. Alguns médicos inclusive, para além das razões humanitárias, recorreram a argumentos econômicos para justificar sua luta:

Sem ser humanitarista, por negócio se deveria prevenir. Faz negócio positivo a sociedade, e também o Estado por ter súditos mais capazes para o trabalho, mais produtivos, e o faz negativo, evitando gastos substanciais no sustento de incapazes, tarados, criminosos e doentes. (Secretaria de Higiene y Asistencia Social, 1937:9)

Mas o álcool não se constitui só em um problema morboso. A este somava-se seu caráter mortal e, portanto, sua ação aniquiladora sobre a população. Os altos índices de alcoólicos registrados nos relatórios e artigos médicos assinalavam o perigo da despovoação do país, pois

Uma nação fracamente povoada, ainda que sua raça seja boa, é incapaz de perdurar; outra, muito povoada e com má raça, será igualmente vítima e sobre ela se farão sentir de maneira inclemente a ação da miséria, a do meio e a de outros povos, vizinhos ou distantes. O ideal é ter uma raça de bons e numerosos indivíduos. (Secretaria de Higiene y Asistencia Social, 1937:8)

A Luta Antialcoólica, Luta Higiênica da Modernidade contra os Hábitos e Costumes Populares

A luta higiênica empreendida pelos médicos do início do século XX e no contexto da qual se empreendeu a campanha contra o alcoolismo foi alimentada por um claro interesse em ‘modernizar’ a população, vale dizer, em fazer de camponeses e habitantes das grandes cidades verdadeiros homens e mulheres do século XX, cidadãos de um país próspero e moderno. Para tanto, foi necessário transformar certos hábitos e comportamentos que, por sua ampla tradição e por estarem arraigados na maioria da população, foram considerados tradicionais, obsoletos e anti-higiênicos. Além da chicha, perseguiram-se e condenaram-se o traje e a habitação populares.

A campanha contra a uncinariose, ou ancilostomíase, combateu não só o costume de andar-se descalço como as tradicionais alpargatas, calçado camponês feito de fibras vegetais. Também elas foram consideradas anti-higiênicas e, em seu lugar, médicos e políticos fomentaram o uso de calçados de couro. Um exemplo típico dessa atitude foi a campanha empreendida por Jorge Eliécer Gaitán – político liberal e candidato à presidência da República assassinado em 9 de abril de 1948 – na direção do Ministério de Educação pública, quando criou, em 1940, a fábrica de calçados escolares para fomentar seu uso entre os alunos das escolas públicas de todo o país.

Como um dos fatores centrais da luta contra o consumo de chicha, o médico Jorge Bejarano ressaltava a importância de mudar-se o traje dos setores populares. Em seu livro *La Derrota de un Vicio*, Bejarano assinalava o efeito positivo em operários bogotanos que haviam conseguido algumas diretorias de fábricas que, “preocupando-se com sua sorte e com o estímulo a sua personalidade, uniformizou-os, e com apenas esta mudança de indumentária viu-os prescindir do vício da chicha” (Bejarano, 1950:63).

Bejarano observa um efeito similar nas empregadas domésticas:

E igual consequência podemos verificar observando o que acontecia há poucos anos com o vício da chicha entre o pessoal que faz o serviço doméstico entre nós. De alguns anos para cá, consta-nos a todos que é excepcional, quase anômala, a servente que bebe chicha. O que foi preciso para que se redimisse do costume? Simplesmente mudar seu traje. À medida que deixou o pañolón^{N.T.5} e a alpargata passou a envergonhar-se do vício. (Bejarano, 1950:64).

Outro dos aspectos-chave da luta higiênica contra as ‘enfermidades sociais’ foi a chamada ‘habitação operária’. Ao longo de toda a primeira metade do século XX, os higienistas empreenderam uma ampla batalha contra os locais e hábitos de moradia dos setores pobres, particularmente das cidades. Como se considerava o consumo do álcool como intimamente ligado às desordens morais, a habitação operária foi erigida em espaço que buscava disputar o tempo livre do operário com a taverna: “O que tira o operário de casa para botá-lo na taverna é o horror de um alojamento asqueroso onde deve viver por culpa de uma sociedade indiferente. Dê-lhe uma casa sã e alegre e ficará nela, irá amá-la, adorá-la, e se apegará a ela” (Borda Tanco, 1920:114).

^{N.T.5} Tradicional abrigo grande e solto utilizado pela população local.

Tratava-se de reter o operário em sua casa, e nada melhor para isso que um ambiente acolhedor: “Os atrativos de uma casa alegre e cômoda retêm o trabalhador fatigado pela tarefa cotidiana; e esse lar amável, onde encontra ampla compensação para suas inquietudes, lhe serve de escudo contra as seduções de fora” (Vergara y Vergara, 1919:128).

Dessa maneira, além de higienizar fisiologicamente a família operária – oferecendo luz e ventilação, evitando a promiscuidade por meio de espaços separados, dotando-a de água potável e sanitários –, a construção de uma habitação operária higiênica era defendida como um mecanismo para higienizar ‘moralmente’ a família, mediante a criação do lar. Não foi só um sentimento ‘cristão’ que orientou tais reflexões: havia uma racionalidade econômica no centro da proposta de construção do lar operário, pois, como dizia o engenheiro Vergara y Vergara,

o abandono do lar tem conseqüências mais graves: a geração que se ergue formada na miséria e no vício e que herdou as predisposições morbosas do alcoolismo, será logo o açoitado da sociedade e custará ao Estado enormes somas em hospícios, hospitais, asilos e cárceres. (Vergara y Vergara, 1919:129).

Essa utilidade econômica da consolidação do lar operário se encontrava, além disso, associada a uma utilidade social, pois

a arrumação do lar familiar, íntimo, deve, com maior razão, iluminar-lhe [ao operário] as horas de repouso e de liberdade; este ambiente doce e calmo modificará amiúde os pensamentos de ódio e de amargura que possa causar a disparidade inevitável de classes e castas. (Borda Tanco, 1920:114)

Entrincheirado nessas idéias, um grupo de profissionais das classes altas da pirâmide social empreendeu um amplíssimo trabalho de fomento à construção de bairros operários, higiênicos e dotados de serviços segundo as últimas técnicas do urbanismo moderno. Assim, ao final da década de 1930, em grandes terrenos de Bogotá e Medellín foram surgindo conjuntos uniformes de casas, com ruas retas bem delineadas, parques, igreja e escola, fenômeno totalmente novo na paisagem urbana.

Claro está que esse fenômeno não conseguiu alcançar dimensões maciças, pois a maioria dos novos bairros operários foi sendo construída por iniciativa de particulares que loteavam seus terrenos, ou construíam mais atentos ao próprio bolso do que às técnicas e requisitos de urbanização.

A luta higienista dentro da qual se impulsionou a campanha contra o consumo da chicha foi, então, uma luta pela defesa da população, da raça a favor do progresso e da civilização, movida por preceitos médicos e higiênicos. Nela se mesclaram de maneira particular argumentos científicos, morais, políticos e econômicos, revelando-se de passagem o papel da classe médica no cenário social da primeira metade do século XX na Colômbia.

Notas

- ¹ Na linguagem da época, o termo ‘operário’ não designava estritamente o trabalhador assalariado vinculado aos processos produtivos em fábricas e empresas. Seu significado envolvia, além desses, os trabalhadores independentes – artesãos, empregadas domésticas etc. –, além dos diaristas do setor agrícola. Assim, a definição de operário proposta por Mauricio Archila capta em essência a amplitude significativa dada ao termo durante as primeiras décadas do século XX: “Pelo conceito de ‘operários’ entendemos todos aqueles trabalhadores, do campo ou da cidade, que trabalham diretamente os meios de produção e que dependem basicamente de um salário para reproduzir-se. Nesta definição enquadram-se desde os assalariados das oficinas artesanais – historicamente os primeiros a serem designados como ‘operários’ – até os diaristas do setor agrícola, passando pelos trabalhadores manufatureiros, dos meios de transporte e da mineração” (Archila, 1991:17).
- ² Na linguagem médica e jornalística da época, a palavra ‘chicha’ estava quase sempre associada a esse processo degenerativo, como se pode ver nas seguintes notas: “Tem-se acusado a chicha de embrutecer nosso povo: efetivamente assim é; mas em sua qualidade de bebida alcoólica, desde a chicha até o champanhe, quem bebe vai-se embrutecendo com maior ou menor rapidez conforme a quantidade e a qualidade do álcool que ingira e de seu desenvolvimento intelectual” (Repertorio de Medicina y Cirugía, 1907); “O desejo de tirar da bebida do povo as toxinas que o embrutecem e envenenam levou o cavalheiro Don Abraham Martínez a fazer diversos tipos de ensaios até conseguir a fabricação de uma bebida” (Maizola, 1920); “A chicha não pode seguir humilhando, arruinando, degradando e embrutecendo os pobres operários” (Maitre Renard, 1920); “Até hoje nada teve sucesso contra o embrutecedor licor dos chichas” [se refiere al grupo indígena que habitó la zona central de Colombia] (Contra el licor nacional, 1920).
- ³ Entre 1899 e 1902, a Colômbia se viu envolvida em uma das mais cruentas guerras civis de sua história. Liberais e conservadores se enfrentaram em todos os rincões do país, deixando um saldo de cem mil mortos, uma economia destruída e a fragmentação do país materializada na ‘separação’ do então Departamento de Panamá, com o apoio norte-americano, em 1903.
- ⁴ Nos exames químicos que foram realizados pelo professor Barriga Villalba, verificase que a chicha supera em qualidades a própria cerveja, que alguns fisiólogos chega-

ram a denominar 'pão líquido' (Bejarano, 1937a). Em outro de seus artigos, Bejarano citava o comentário de um "notável químico" a propósito da afirmação de Villalba sobre a superioridade da chicha sobre a cerveja: "nesse laboratório a chicha vai acabar superando o champanhe" (Bejarano, 1937b:72).

Referências Bibliográficas

- ARCHILA, M. *Cultura e Identidad Obrera: Colombia, 1910-1945*. Bogotá: Cinep, 1991.
- BARRIGA VILLALBA, A. M. Carta a Armando Solano. *Revista de Higiene, año XVIII*, (3, 4):57-61, 1937a.
- BARRIGA VILLALBA, A. M. Nueva defensa de la chicha. *Revista de Higiene, año XVIII*, (3, 4):65-69, 1937b.
- BEJARANO, J. Química y chichismo. *Revista de Higiene, año XVIII*, (3, 4):62-64, 1937a.
- BEJARANO, J. Un nuevo ataque a la chicha. *Revista de Higiene, año XVIII*, (3, 4):72, 1937b.
- BEJARANO, J. *La Derrota de un Vicio: origen e historia de la chicha*. Bogotá: Editorial Iqueima, 1950.
- BORDA TANCO, A. *Ingeniería Sanitaria*. Bogotá: s. n., 1920.
- CONTRA EL LICOR NACIONAL. *El Siglo*, 562, 14 de maio de 1920.
- CUERVO MÁRQUEZ, L. Consumo de Alcohol en Colombia. Estudio Presentado al Congreso Nacional de Medicina reunido en Medellín en Enero de 1913. *Repertorio de Medicina y Cirugía*, Bogotá, IV(5):256, 15 fev. 1913.
- DIRECCIÓN NACIONAL DE HIGIENE. Resolución nº 279 de 3 de maio de 1924.
- FAJARDO, B. *Contribución al Estudio del Problema Alcohólico*. Tesis para optar por el título de Doctor en Medicina y Cirugía. Bogotá: Tipografía Minerva, 1918.
- GÓMEZ, J. Chichismo: estudio general, clínico y anatomopatológico de los efectos de la chicha en la clase obrera de Bogotá. *Repertorio de Medicina y Cirugía*, V(6):302-320, mar.1914.
- GRISALES SALAZAR, O. *El Problema de la Productividad del Trabajo en la Industria Bavaria*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Sociología, 1981. (Monografías Sociológicas, 4)
- LLANO, M. C. & CAMPUZANO, M. *La Chicha, una Bebida Fermentada através de la Historia*. Bogotá: Ican-Cerec, 1994.
- MAITRE RENARD. La Maizola. *El Espectador*, 3.117, 19 jun. 1920.
- MAIZOLA. *El Espectador*, 3.119, 21 jun. 1920.
- MONTAÑA, E. Lucha antialcohólica: el alcoholismo en Colombia y medios de combatirlo. *Repertorio de Medicina y Cirugía*, XIII(8):541-553, maio 1922.

- QUEVEDO ALVAREZ, T. *Del Alcoholismo*. Tese de Graduação em Medicina, Medellín: Imprenta del Departamento, 1899.
- REPERTORIO DE MEDICINA Y CIRURGÍA, AÑO XXVII, (327), jul. 1907.
- SALGADO GÓMEZ, D. Los gobernantes de la colonia contra la chicha. *Registro Municipal*, año LIV, 31:245, 15 abr. 1934.
- SECRETARÍA DE HIGIENE Y ASISTENCIA SOCIAL. *Anexos*. Medellín: Imprenta Oficial, 1937.
- SOLANO, A. La melancolía de la raza indígena. *Publicaciones de la Revista Universidad*: 7-28, 1929.
- TEJADA, L. La revolución de la chicha. In: *Gotas de Tinta*. Bogotá: Colcultura, Ed. Andes, 1977. p.171-173.
- URIBE URIBE, R. Campaña contra el alcoholismo. Torrefacción y venta de café. *Revista Nacional de Agricultura*, 11(135):511-523, set. 1915.
- VERGARA Y VERGARA, J. Habitaciones obreras, edificios escolares y hospitales. *Anuario de la Facultad de Matemáticas e Ingeniería*, III:125-147, 1919.
- ZERDA, L. Análisis químico, fisiológico e higiénico de la chicha. In: *Anales de Instrucción Pública*. Bogotá, 1889.